

Ulysses rebate críticas de Sarney contra a Constituinte



O deputado Ulysses Guimarães (SP), presidente do Congresso constituinte, fala aos jornalistas na sede do Prodasen

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 71, rebateu ontem, em Brasília, as críticas feitas pelo presidente José Sarney contra os trabalhos constituintes. Ulysses disse que se o Congresso constituinte tivesse criado apenas a reforma tributária "já tínhamos feito um trabalho extraordinário para a qualidade de vida e para o bem-estar das populações". Segundo ele, as populações "estão nos municípios, não estão aqui no Distrito Federal, muito menos não estão no Palácio do Planalto e muito menos não estão na sala do presidente e muito menos não estão na mesa que era do Getúlio Vargas, onde está o presidente a resolver os problemas".

Segundo Ulysses, não se pode criticar a Constituição como se ela já estivesse pronta, porque ainda falta a votação em segundo turno. Ele concentrou sua resposta a Sarney na reforma tributária, que transfere para Estados e municípios cerca de 22% dos recursos arrecadados pela União.

"O que esta Constituição quer é transformar os habitantes em cidadãos que participem dos benefícios e vantagens do desenvolvimento. Os cidadãos moram nos municípios e precisam de serviços. Os municípios precisam de dinheiro. E onde está o dinheiro? Está aqui em Brasília, com o presidente da República", disse ele.

Telefonema

Em meio a sucessivas entrevistas, Ulysses foi informado de que Sarney telefonara para ele. Bem-humorado, comentou: "O Sarney já está me telefonando. Acho que ele adivinhou o que eu falei na entrevista". Paciente, continuou a falar com uma repórter. A resposta do presidente veio à noite, através de uma declaração do presidente divulgada pelo secretário de Imprensa e Divulgação, Ricardo Pedreira: "Lamento

que o dr. Ulysses Guimarães, por quem tenho grande estima e respeito e consideração, tenha sido vítima de uma cilada. Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a 'Conversa ao Pé do Rádio'. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição."

No programa "Conversa ao Pé do Rádio", Sarney criticou "alguns excessos do detalhamento de direitos e de relações de trabalho", a anistia aos micro, pequenos e médios empresários e produtores rurais, a estabilidade dos funcionários públicos com cinco anos de serviço e a exigência de autorização judicial para as prisões. Ele elogiou a reforma do poder Judiciário, o aumento dos poderes do Congresso, os "avanços na área social" e a ampliação dos direitos fundamentais e individuais.

Os novos direitos dos trabalhadores, criticados por Sarney, são frequentemente apontados por Ulysses com "um avanço".

A reforma tributária, que Ulysses considerou fundamental, é condenada com veemência pelo governo.

'Em alguns casos, a Carta foi casuística'

Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente José Sarney no programa "Conversa ao Pé do Rádio":

"Brasileiros e brasileiros, bom dia. Aqui vou falar, mais uma vez, o presidente José Sarney, na nossa habitual 'Conversa ao Pé do Rádio' das sextas-feiras. Hoje, 11 de julho de 1988. Como venho fazendo desde o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, quero fazer algumas observações sobre o segundo turno das votações, previstas para dentro de dez dias. Todos sabem, mas é sempre bom insistir na lembrança de que sou o autor da convocação da Constituinte. Também é bom insistir: considero a nova Constituição uma necessidade dos novos tempos do país. Ela é indispensável para a fase democrática, que está sendo implantada no Brasil. Há três anos, desde que cheguei à Presidência, o povo vive o clima de liberdade e respeito à lei. Um clima tão avançado como o desfrutado pelos povos mais civilizados do mundo. Essa situação atual, porém, é um desafio de transição. Com a Constituição e depois da aprovação de leis complementares, termina esse período e entraremos, efetivamente, numa nova ordem jurídica permanente. Por isso é importante que a nova Constituição seja um trabalho definitivo, bem pensado, bem redigido, moderno, com um mínimo de erros, sem fantasias ou ilusões, por mais generosas que sejam essas ilusões e essas fantasias. Depois de 18 meses de trabalho e de muita paciência a nova Constituição está quase pronta. O projeto contém avanços na área social. Aumenta o elenco de direitos fundamentais individuais. A nova Constituição torna realidade o velho sonho da democracia brasileira, torna o Congresso mais forte, dá aos nossos parlamentares meios eficazes de exercer seu poder de fiscalização. Mas, não podemos dizer que a Constituição tenha uma unidade. Em alguns pontos ela foi mais para o passado do que para o presente e também para o futuro. Em alguns casos ela foi casuística. Quero citar, por exemplo, alguns excessos do detalhamento de direitos e de relações de trabalho que são alterados com o tempo e que, no entanto, foram elevados a artigos da Constituição, coisas que devem constar das leis ordinárias e estatutárias. Injustificadamente o corpo constitucional. Para dar exemplo, o caso da jornada máxima de trabalho, que vai desorganizar alguns setores industriais. Há excesso de número de horas de trabalho e de competências dos sindicatos nos acordos coletivos. A empresa que puder reduzir, que tiver de aumentar no interesse da empresa e dos trabalhadores aumenta. Dependendo da negociação. Há previsão, por exemplo, de que com esse dispositivo teremos dificuldades para a colocação das nossas produções siderúrgicas, que perdemos competitividade no setor internacional e aumentam os preços das mercadorias que necessitam de produtos siderúrgicos no setor interno.

que milhões de pessoas, que hoje ganham sua vida trabalhando em serviços avulsos, como as faxineiras, por exemplo, continuam trabalhando e que ganham pelas vezes por dia em que trabalham. E em primeiro, em aparência uma ideia boa, mas no fundo é um fardo ruim.

"Essas imprevidências, porém, saltamos para coisas mais graves, como uma série de artigos que implicarão em distribuição de favores para alguns, que custarão, pelos cálculos mais baixos, mais de um trilhão de cruzeiros. E quem paga esse dinheiro? O povo brasileiro. Só a anistia aos pequenos empresários e agricultores representará um prejuízo de US\$ 37 bilhões. São quase 30% dos bancos oficiais. É simpático anistiar devedores em dificuldades, mas, o povo brasileiro sabe que quem paga a dívida é ele. Ele é quem vai pagar a dívida de quem não paga. É muito fácil alisar com pólvora alibis, como diz o ditado popular.

"Uma série de três artigos nas Disposições Transitórias promovem a volta ao serviço público de funcionários demitidos, concede estabilidade aos cinco anos e garante aposentadoria pelo pico de salários que um dia, eventualmente, qualquer funcionário tenha alcançado. Fala mesmo que a aposentadoria deve ser pela lei vigente à época de sua afiliação ao serviço, esses benefícios alcançaram servidores federais, estaduais e municipais e demandarão uma despesa tão alta que, neste momento é impossível de se avaliar. Para dar um exemplo, só nas Forças Armadas teremos promoção à mariscal de mais de mil e muitos militares. Sem falar em servidores civis de alta hierarquia.

"Eu acredito, sinceramente, no patriotismo e boa vontade da Constituinte, que deve corrigir estes dispositivos. Deve ter como objetivo principal o bem comum, o bem público, o interesse coletivo e fugir à pressão de grupos para que não caia em casuísticas suas naturezas.

"Outra ideia boa, de consequência danosa, é o dispositivo que exige ordem judicial para as prisões. Eu já tive oportunidade de falar nesse assunto neste programa, o desejo que teve o Constituinte que apresentasse esse dispositivo foi o de evitar que o cidadão seja vítima de arbítrio. Mas, em vez disso, o que ele fez foi facilitar a fuga dos bandidos, inviabilizar, por exemplo, os instrumentos disciplinares internos das Forças Armadas, como a prisão disciplinar imposta pelas superiores em quartéis e navios de guerra. Nós que estamos tão envolvidos, no país inteiro, pela violência com esse dispositivo ficaremos mais tolidos para combater a violência. E nada mais sério o povo hoje em dia do que tranquilidade e segurança. Também esse dispositivo impedirá as prisões administrativas, que podem ser determinadas pelos ministros de Estado, prejudicando, portanto, o combate à corrupção. Prejudicará o ministro da Justiça a decretar a prisão de estrangeiros, que esteja irregularmente no país. Esse artigo, portanto, no lugar de proteger os cidadãos vai comprometer os instrumentos de defesa de própria sociedade contra a delinquência e a contravenção.

"Deu o projeto excelente solução à reforma do Poder Judiciário, a organização do Ministério Público, da Advocacia Geral da União e das forças policiais civis e

militares. Nem tudo, porém, pode ser perfeito, sobretudo uma Constituição nascida de um esforço para harmonizar posições ideológicas divergentes e, muitas vezes, antagonistas. Citamos aqui alguns casos exemplares que precisam ser corrigidos nessa segunda fase em que a Constituinte vai rever e reorganizar o projeto de Constituição. Tem muitos outros dispositivos que precisam ser devidamente corrigidos. E eu espero que a Constituinte, com o patriotismo, possa elaborar esse trabalho em favor do Brasil. E o que espera o povo brasileiro.

"Agora, para terminar esta conversa, uma palavra de estímulo como sempre faço, citando fatos. Eu quero anunciar, mais uma vez, a descoberta de petróleo no litoral do Paraná e Santa Catarina, que vive a satisfação de anunciar na última quarta-feira, dia 11 de julho. Estamos diante de um novo campo de grandes proporções, com 40 km quadrados de extensão, a 170 km da costa, com uma vazão comercial que pode chegar a dez mil barris/dia, um óleo de excelente qualidade. Nesses três anos, nós estamos com um trabalho excelente da Petrobras de pesquisa, revertendo a posição do Brasil nesse setor. Nós estamos abrindo a perspectiva do país tornar-se autossuficiente em petróleo e até mesmo, poder visar no futuro ser exportador de petróleo. Nós estamos desmistificando, com os fatos, aquela profecia de que o Brasil era um país pobre em hidrocarbonetos.

"Dentro de dez dias eu vou ao Amazonas para assistir a entrada em operação do campo de petróleo de Urucu, que também teve oportunidade de anunciar aqui no dia que foi descoberto. A descoberta da ilha de Marajó, também, que anunciou, são da maior importância e em breve teremos mais informações a dar aos brasileiros, através do segundo poço exploratório que será furado naquela região. A verdade é que estamos avançando, aumentando cada vez mais nossas reservas, ampliando nossa produção e temos que ser otimistas, como sempre fomos, em relação ao nosso país.

"Quero também comunicar que a política fiscal está sendo executada firmemente. Recebi ontem do ministro da Fazenda a informação de que o déficit público, neste ano, até o mês de maio — são os dados que temos disponíveis — foi de 0,8%, o que assegura o cumprimento da meta de 4% folgado até o fim do ano. Temos agido com mão de ferro, mas o resultado virá. Ano após ano, nesse mesmo período, nós tínhamos tido um déficit de 1,00. Os choques dos preços agrícolas, portanto, estão ligados à recuperação dos preços do arroz, do milho, da soja, do feijão e outros e à alta verificada no setor internacional por causa da seca nos Estados Unidos. Nada que diga respeito à nossa política econômica, isto é, nenhum perigo de hiperinflação ou inflação descontrolada como sempre desejam os especuladores e os apunçadores do caos. Quero, mais uma vez, despedir-me dos brasileiros e brasileiros reafirmando a nossa crença no nosso grande país, no nosso grande povo, que tem sempre, para cada fato negativo, muitos fatores positivos, não aumentando as nossas esperanças, mas confirmando as esperanças e confirmando a certeza. Bom dia, muito obrigado e até a próxima sexta-feira."

Tiroteio verbal

1 — Sarney

"Não podemos dizer que a Constituição tenha uma unidade. Em alguns pontos ela foi mais voltada pra o passado do que para o presente e também para o futuro. Em alguns casos ela foi casuística. Para dar exemplo, o caso da jornada máxima (de seis horas) de trabalho (para turno ininterrupto), que vai desorganizar setores industriais"

2 — Ulysses

"Se tivéssemos feito só a distribuição de renda já tínhamos feito um trabalho extraordinário para a qualidade de vida, para o bem-estar das populações que estão nos municípios, que não estão aqui no Distrito Federal, muito menos no Palácio do Planalto e muito menos estão na mesa que era de Getúlio Vargas, onde está o presidente da República"

3 — Sarney

"Lamento que o dr. Ulysses Guimarães, por quem tenho grande estima, respeito e consideração, tenha sido vítima de uma cilada. Ele não viu a minha entrevista à TV e nem ouviu a 'Conversa ao Pé do Rádio'. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição"

Governo quer mobilizar constituintes para garantir quórum, diz deputado

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney disse ontem ao deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) que os líderes governistas foram orientados a mobilizar os parlamentares visando um "esforço concentrado" às quartas e quintas-feiras. O governo quer suprimir uma série de pontos no segundo turno de votações do Congresso constituinte, a partir do próximo dia 25. Ao deixar o Palácio da Alvorada, o deputado disse que o presidente acredita que com esta estratégia poderá contornar a dificuldade para se obter

quórum para as votações, provocada pelo afastamento dos constituintes envolvidos nas eleições municipais de 15 de novembro próximo.

Ubiratan disse ao presidente que a aprovação de alguns dispositivos contrários ao pensamento do governo resultou da falta de diálogo e de sensibilidade de alguns ministros junto aos constituintes. Ele responsabilizou o ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, pela aprovação da anistia creditícia. Segundo o deputado, o ministro foi "insensível quando os constituintes revelaram

suas preocupações com os pequenos agricultores e pecuaristas do Nordeste, que viram a correção monetária ser aplicada plenamente nos financiamentos obtidos".

O presidente disse ao deputado que está preocupado com a repercussão de algumas decisões do Congresso constituinte na "debilitada economia brasileira". Segundo o deputado, Sarney disse que, apesar de ser um cidadão com direito de fazer avaliações, tinha certeza de que suas críticas ganhariam as manchetes dos jornais.

Cabral não quer modificar sistema tributário

Da Sucursal de Brasília

O relator do Congresso constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-AM), deu pareceres contrários a todas as emendas que introduziam alterações substanciais no Título VI ("Da Tributação e do Orçamento) e nos três primeiros capítulos do Título VII ("Da Ordem Econômica e Financeira"). Os pareceres, que têm o aval do deputado Ulysses Guimarães, contrariam os interesses do governo, que pretende alterar o sistema tributário e flexibilizar as normas relativas ao capital estrangeiro.

O texto aprovado em primeiro turno dos títulos VI e VII, cujas emendas supressivas foram apreciadas pelo relator, estabelecem, entre outros, os seguintes pontos:

Impostos: a União pode criar empréstimos compulsórios para despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, investimentos urgentes.

Destino das receitas tributárias: 20% da arrecadação da União vão para os Estados e Distrito Federal; 50% da arrecadação da União em Imposto Territorial Rural ficam nos municípios, que também terão metade do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e 25% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

Empresa brasileira: é considerada aquela "constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no país".

Empresa brasileira de capital nacional: "aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residente no país ou de entidades de direito público interno, entendendo-

se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante eo exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades". O texto determina tratamento preferencial a essas empresas na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público.

Recursos minerais: a mineração depende de autorização da União, que detém o monopólio da pesquisa e refinação petrolífera.

Política urbana: plano diretor obrigatório para cidades acima de 20 mil habitantes; obrigatoriedade de função social da propriedade urbana, de acordo com o plano diretor, sob pena de parcelamento ou edificação compulsória, taxa progressiva no tempo ou desapropriação; usucapião (adquire o domínio de área de até 250 metros quadrados quem o ocupar para moradia por cinco anos, sem oposição).

Reforma agrária: A União pode desapropriar a grande propriedade rural improdutiva que não cumpra função social, definida em lei.

Juros banários: São limitados em 12% ao ano além da correção monetária.